



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

A recuperação da economia mundial e seus desdobramentos

Francisco Luiz Corsi

Como citar: CORSI, F. L. A recuperação da economia mundial e seus desdobramentos. IN: CAMARGO, J. M. CORSI, F. L. VIEIRA, R. L (org). **Crise do Capitalismo: questões internacionais e nacionais**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.p63-76. DOI: <https://doi.org/10.36311/2011.978-85-7983-188-1.p63-76>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

A RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL E SEUS DESDOBRAMENTOS

Francisco Luiz Corsi¹

I INTRODUÇÃO

O presente artigo discute de forma preliminar a recuperação da economia mundial em 2010, na qual os países em desenvolvimento tiveram um papel central. Especial atenção será dada a América latina nesse processo. Estamos interessados, sobretudo, no desempenho dos países latino-americanos nesse processo e nas consequências da crise para a região, sobretudo para sua inserção na divisão internacional do trabalho.

A economia mundial enfrentou forte contração em 2009, em virtude da crise global iniciada em fins de 2007 com o estouro da bolha especulativa no mercado imobiliário norte-americano, que rapidamente se espalhou pelo mundo dada a profunda articulação do mercado de capitais e do sistema financeiro em escala mundial, gerando pânico nos mercados globais. A forte contração da liquidez transformou a crise financeira em crise comercial e produtiva. A retração da economia mundial foi severa e pôs fim a fase de expansão 2003-2008. A possibilidade de uma crise semelhante à de 1929, que se desdobrou em uma depressão prolongada, era bastante palpável naquele momento. Trilhões de dólares de capital fictício foram queimados e observou-se acentuado declínio da acumulação de capital, do emprego

¹ Professor de Economia da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP.

e da renda², embora o excesso de capital fictício e de capacidade produtiva não tenha sido superado. Ou seja, o problema de sobreacumulação de capital que está na raiz da crise ainda persiste.

A crise mostrou a incapacidade dos mercados auto-regular de forma eficiente a economia, colocando em questão um dos pilares da ideologia neoliberal. Rapidamente, vários governos abandonaram a ortodoxia e passaram a intervir na economia de diferentes maneiras para estancar a crise e salvar o mercado financeiro do colapso. Passaram a considerar a regulamentação do capital necessária para recolocar a economia no caminho do crescimento e evitar novas instabilidades, embora até agora muito pouco tenha sido feito nesse sentido, com exceção talvez do governo norte-americano. As instituições multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, se mostraram incapazes de enfrentar a crise. Mudaram de postura em relação a que adotaram nas crises da década de 1990, que atingiram, sobretudo, a periferia. Nas crises do México e da Ásia, essas instituições impuseram de forma intransigente políticas ortodoxas que agravaram a situação. Agora, quando se trata de defender os interesses do grande capital financeiro e das economias centrais, passaram a recomendar políticas monetárias frouxas e expansão do gasto público. A preocupação com o endividamento público elevado, a inflação e os desequilíbrios externos foi flexibilizada no momento mais agudo da crise. A atuação dos Estados nacionais foi central para a recuperação, o que nos leva a matizar a propalada crise dos Estados nacionais, pelo menos daqueles que ocupam o topo da hierarquia mundial, embora isso não se coloque para os Estados da maior parte da periferia.

A recuperação esta vinculada a adoção generalizada de políticas econômicas anticíclicas (aumento do gasto público, redução dos juros, ampliação do crédito, incentivos ao consumo e planos de investimentos) por parte da maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Estas políticas estancaram o processo de aprofundamento da crise. A atuação dos países desenvolvidos no combate a crise evitou o colapso do sistema financeiro e do padrão monetário e, por conseguinte, da produção e do emprego. Injetaram trilhões de dólares na economia para evitar o total estrangulamento da liquidez. Ao mesmo tempo, incrementaram os gastos em obras em infra-estrutura e os gastos sociais. Estimam-se os desembolsos com resgates de bancos, planos de investimentos, estímulos fiscais, estímulos ao consumo, etc. pelas principais economias do mundo em 11 trilhões de dólares do início da crise até março de 2009. O plano norte-americano, anunciado ainda no governo Bush, prevê dispêndios da ordem de 860 bilhões em estímulos para a economia e socorro aos bancos. Para União Europeia estimam-se gastos da ordem de 260 bilhões de dólares no enfretamento da crise.

² Estima-se que as perdas tenham totalizado 25% da riqueza mundial até dezembro de 2009 (MACHINEA, 2010).

Os países em desenvolvimento também adotaram políticas econômicas anticíclicas. Cabendo destaque para a China, novo polo de acumulação de capital da economia mundial. A manutenção de elevados níveis de crescimento econômico neste país foi fundamental para a recuperação da economia. O governo chinês implantou um programa de incentivo ao consumo e aos investimentos, voltado para o mercado interno, orçado em 585 bilhões de dólares. O Brasil também adotou medidas anticíclicas baseadas na redução de juros e impostos e na elevação do gasto público e do crédito, o que amenizou os impactos da crise internacional no país. Em conjunto, essas medidas soergueram a economia mundial.

II A RECUPERAÇÃO

Os primeiros indícios de recuperação da economia mundial datam do final de 2009. Claros sinais nesse sentido ficaram evidentes no início do ano seguinte. Contudo, a recuperação, desde o princípio, mostrou-se bastante desigual, reafirmando a velha tendência de crescimento desigual e combinado do capitalismo. Os ritmos desiguais de crescimento refletem, em parte, transformações estruturais em curso nas últimas quatro décadas no capitalismo global. Os países em desenvolvimento da Ásia, que sofreram relativamente pouco com a crise, rapidamente voltaram a crescer depois de certa desaceleração. Outros países periféricos, com menor intensidade, seguiram também esse caminho. Como alguns países da América Latina, entre eles o Brasil. Enquanto os países desenvolvidos apresentaram lenta recuperação. A tabela 1 sintetiza a evolução da economia mundial no período recente.

A partir da referida tabela podemos observar, em primeiro lugar, que a crise derrubou a economia mundial, que sofreu uma retração de 0,6% em 2009. O centro do sistema capitalista foi duramente atingido. O Produto Interno Bruto (PIB) da região declinou, neste mesmo ano, 3,4%. Enquanto isso, os países em desenvolvimento cresceram 2,5%, depois e terem crescido 6,1%, no ano anterior, e 7,4% em média na fase de auge 2003-2007. Cabe destacar o crescimento da China. Esse desempenho dos países em desenvolvimento impediu uma retração muito maior da economia mundial. A recuperação, claramente visível em 2010, também dependeu do desempenho dos países em desenvolvimento, sobretudo da Ásia, que cresceram 9,2%. O bom desempenho desses países, em particular mais uma vez da China, contribuiu para puxar, por meio de sua demanda crescente por matérias primas, outras economias periféricas, como as da América Latina.

Tabela 1 - Crescimento Produto Interno Bruto (em %)

	2003-2007	2008	2009	2010	2011*	2012*
Mundo	4,7	3,0	-0,6	5,0	4,4	4,5
Países Desenvolvidos	2,7	0,5	-3,2	3,0	2,5	2,5
Estados Unidos	2,8	0,4	-3,4	2,8	2,5	2,5
Zona do Euro	2,1	0,6	-4,1	1,8	1,5	1,7
Japão	2,1	1,2	-6,3	4,3	1,6	1,8
Países em Desenvolvimento	7,4	6,1	2,6	7,1	6,5	6,5
Países em Desenvolvimento da Ásia	9,2	7,7	7,0	9,3	8,4	8,4
China	11,0	9,6	9,2	10,3	9,5	9,5
Índia	8,6	6,4	5,7	9,7	8,4	8,0
América Latina e Caribe	5,0	4,2	-1,8	5,9	4,3	4,1
México	3,4	1,5	-6,1	5,2	4,2	4,8
Brasil	4,0	5,1	-0,6	7,5	4,5	4,1
África subsaariana	6,3	5,6	2,8	5,0	5,5	5,8
África do Norte e Oriente Médio	5,9	5,3	1,8	3,9	4,6	4,7

Fonte: CEPAL (2010a, p. 33) e FMI (2011, p. 2) *Previsão

A pronta e abrangente intervenção dos Estados nacionais evitou, como já assinalado, o colapso do sistema financeiro e criou as condições para a paulatina normalização do crédito e dos fluxos de capitais, o que ocorreu a partir do primeiros meses de 2010. Os mercados de capital se recuperaram com a retomada da especulação com ações nas principais bolsas do mundo. Cabe destacar como mercados mais rentáveis no primeiro semestre de 2010 os do Chile, Colômbia, Indonésia, Malásia e Tailândia. Observa-se grande fluxo de capitais para os países periféricos, não só devido à retomada mais intensa do crescimento por parte desses países, mas, sobretudo, em virtude dos juros mais elevados pagos pelas economias periféricas. Esse fluxo de capitais pode gerar bolhas especulativas na periferia, além de pressionar a valorização das moedas, com resultados negativos para as exportações e para as estruturas industriais, que podem sofrer regressões, como vem ocorrendo em alguns países da América Latina (CEPAL, 2010a, 2010b; FMI, 2011).

Associada ao dinamismo das economias asiáticas em desenvolvimento, cujo aumento da demanda estimulou o comércio, a normalização condições financeiras também foi importante para a retomada dos fluxos comerciais no mundo, sobretudo no que diz respeito ao financiamento das importações e exportações. O comércio mundial voltou a crescer de maneira mais consistente a partir do início de 2010 e foi importante para a recuperação mundial. Observa-se a retomada da demanda nos setores de bens de capital, produtos eletrônicos e bens intermediários. Cabe destacar a forte elevação dos preços dos produtos básicos, em especial petróleo, cujos preços depois de caírem com a crise começaram a se recuperar ainda em 2009, embora não tenham atingido os patamares pré-crise. Uma síntese da evolução do comércio internacional pode ser vista nos gráficos a seguir (CEPAL, 2010a, p. 32-42).

Entretanto, a recuperação não parece ser um processo nada tranquilo. Não só em virtude de taxas bastante desiguais de crescimento, mas também devido à situação econômica precária de diversos países, que enfrentam estagnação econômica, altas taxas de desemprego e deterioração da renda e das condições de vida. A situação de vários países da Europa é ilustrativa.

Índice de Preços dos produtos básicos, 1993-2010 e janeiro de 2005 - maio de 2010 (Índice 2005=100).

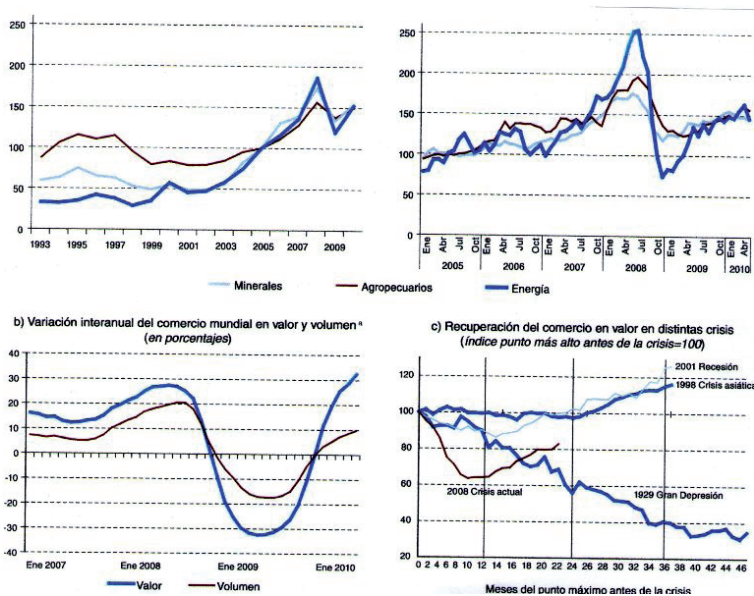


Gráfico 1 - Evolução dos preços dos produtos básicos e do comércio mundial em distintas crises econômicas

Fonte: CEPAL, 2010a, p. 36.

A Grécia sofreu forte ataque especulativo no início de 2010, que a levou praticamente a insolvência. Logo depois, foi seguida pela Irlanda, que também foi obrigada a pedir socorro para a União Europeia e para o FMI. Situação problemática também enfrentam a Espanha e Portugal. A Itália também não passou incólume pelos especuladores. O risco do pânico se alastrar pela Europa era real naquele momento. Para estancar o pânico foi aprovado um pacote de emergência de 750 milhões de euros para socorrer as economias em dificuldades. Porém, essas medidas não resolveram de forma consistente a crise desses países que até hoje se arrasta e esta longe de ser resolvida. Contudo, não houve, até o momento, o contágio do resto da Europa, que poderia, caso ocorresse, por fim a recuperação da economia mundial. Medidas continuaram a ser tomadas. Em março de 2011, foi formado um fundo de estabilização pela União Europeia para socorrer os países com risco de inadimplência.

A situação não deixa de ser irônica, pois a deterioração da economia e das finanças desses países, que agora são alvo de violenta especulação, decorreu de problemas relativos à rápida elevação das dívidas e dos déficits públicos, que alcançaram elevados patamares, intimamente vinculados a necessidade de salvar justamente esse mesmo capital financeiro e estancar a própria crise. Ou seja, os governos nacionais e a União Europeia fizeram de tudo para salvar a valorização fictícia do capital, que consiste em uma das principais causas da crise e mesmo assim os sistemas bancários destes países estão fragilizados, como o da Irlanda. Estima-se que será necessário ainda injetar entre 24 e 37 bilhões de euros para mantê-lo em pé. Para resolver o problema das dívidas esses países adotaram rígidas políticas de austeridade fiscal e corte nos salários. Buscou-se mais uma vez socializar os prejuízos. O ônus do socorro ao capital financeiro foi jogado nas costas da classe trabalhadora. As medidas recessivas resultam no agravamento do desemprego, na redução de salários e na perda de direitos sociais. A resistência a essa saída tem sido crescente por parte dos trabalhadores, mas eles não têm conseguido, até o presente, reverter esse quadro.

No entanto, essas medidas recessivas tendem a prolongar a crise e só garantem os interesses dos credores, pois reduzem ainda mais a demanda efetiva e assim agravam a crise e a própria recuperação das finanças públicas. Esses países correm o risco de entrarem em uma fase prolongada de estagnação. Ao não disporem da alternativa de desvalorizar a moeda, não podem fazer uso da saída “clássica” de recuperar a atividade econômica por meio do incremento das exportações. O euro tornou-se uma camisa de força. A alternativa para será mais difícil e implicará obter ganhos significativos de produtividade, que requerem tempo e elevados investimentos, difíceis ocorrerem em uma economia estagnada em um cenário internacional cada vez mais competitivo, sobretudo em decorrência do dinamismo das economias asiáticas, que contam com mão-de-obra barata e abundante,

setores tecnologicamente avançados, moedas artificialmente desvalorizadas e adotam políticas ativas de intervenção estatal na economia associadas a políticas neomercantilistas. É neste quadro geral que se está processando a recuperação da economia mundial.

III Os DESDOBRAMENTOS

O dinamismo das economias em desenvolvimento da Ásia, em especial da China e da Índia, acirram, por um lado, a concorrência intercapitalista, consistindo em um dos fatores que estão a levar a desindustrialização do centro, a sua perda de peso na economia mundial e ao aparente deslocamento do centro da acumulação para a Ásia. Por outro lado, o seu rápido crescimento estimula outras economias e influencia o processo de mudanças na divisão internacional do trabalho. A situação é complexa, pois os países asiáticos, desde a década de 1980, foram alvo de ampla penetração de empresas estrangeiras, em especial japonesas e norte-americanas, o que incrementou o comércio intra-firmas e parte considerável das exportações desses países referem-se às exportações dos grupos transnacionais. As articulações financeiras também são profundas, sobretudo com a economia dos EUA.

Observa-se uma espécie de simbiose, que se dá nos planos financeiro, comercial e produtivo, entre os EUA e as economias asiáticas em desenvolvimento. Os déficits nas contas externas norte-americanas têm exercido o papel de estimulador da economia mundial. Esses déficits têm sido contornados, em grande parte, graças ao papel do dólar como moeda chave do sistema monetário mundial e à capacidade do sistema financeiro dos EUA atrair capitais do mundo todo, sobretudo para aplicações em papéis de sua dívida pública, que se tornou em um dos centros da valorização fictícia do capital. Desta maneira, os países superavitários, que detêm a maior parte das reservas mundiais, em especial os asiáticos, aplicam vultosas somas em títulos públicos norte-americanos. Não existem opções consistentes para os excedentes financeiros a não ser o dólar. Esse processo também sustenta o excesso de consumo dos norte-americanos e, por conseguinte as próprias exportações dos países asiáticos em desenvolvimento, um dos principais motores de suas economias. Essa forma de articulação contribui para estabilizar e expandir a economia dos EUA e para a expansão dos países asiáticos e para estimular o conjunto da economia mundial (BELLUZZO, 2009).

Essa forma de articulação parece perder força à medida que a economia norte-americana perde dinamismo e os mercados internos da Ásia ganham peso na economia mundial. A atual crise parece apontar nesta direção. Como vimos, as

economias em desenvolvimento da Ásia tem sido o carro chefe da recuperação e dessa forma exercido crescente influência na economia mundial.

A China tem papel central nesse processo. Na Ásia, tornou-se o centro da economia regional a partir da crise asiática de 1997, deslocando o Japão dessa posição. A crise de 1997 parece ter sido um momento decisivo. Um dos elementos centrais para alcançar essa posição foi a autonomia desfrutada na determinação da política econômica. O governo chinês conseguiu manter, apesar das pressões norte-americanas, o câmbio desvalorizado. Também conseguiu reduzir o impacto da queda das exportações por meio de um amplo programa anticíclico de investimentos, capitaneado por grandes empresas estatais. Este programa estava voltado para o mercado interno e se baseava em investimentos na construção civil e na infraestrutura. Essas medidas sustentaram a economia chinesa, enquanto isso os demais países da região mergulhavam na crise. O mercado interno passou a pesar cada vez mais e, com o tempo, tornou-se o centro de gravidade para a economia regional e polo dinâmico da acumulação de capital em escala mundial, embora as exportações tenham ainda enorme importância para a economia chinesa. O dinamismo de sua economia permitiu a China deslocar os outros países industrializados da região em uma série de produtos do mercado mundial, particularmente dos mercados japonês e norte-americano. Conseguiu, aproveitando o boom da segunda metade dos anos 1990 dos EUA, ampliar consideravelmente suas exportações de produtos relacionados à alta tecnologia, em especial no que se refere à tecnologia da informação. Também se tornou no maior importador da Ásia, transformando-se em pólo de crescimento e de estabilização da região. O poder de atração da economia chinesa reduziu as influências japonesas e norte-americanas no Leste asiático (MEDEIROS, 2006). A emergência da Índia talvez possa tornar esse quadro mais complexo e contrabalançar, em parte, a ascensão da China. Seja como for, este processo parece ter se aprofundado na atual crise do capitalismo globalizado.

O impacto desse processo também foi grande nas demais regiões do mundo. Para várias economias periféricas a crescente demanda por commodities por parte da China tem sido um fator de grande relevância para o crescimento tanto na fase de expansão 2003-2007 quanto na recuperação da crise atual. Suas importações têm contribuído para o crescimento das economias periféricas exportadoras de commodities. A China também tem crescentemente ampliado seus investimentos externos diretos. Esses investimentos, em parte, destinam-se a incrementar a produção de matérias-primas, manufaturas e energia na periferia. Em 2010, por exemplo, a China realizou uma série de investimentos na América Latina nos setores de petróleo, energia, mineração, siderurgia, telecomunicações e automóveis que superaram os US\$ 30 bilhões.

Embora sua recuperação também seja heterogênea, a América Latina acompanhou as demais regiões periféricas e cresceu, em 2010, 5,9%, depois de ter sofrido uma retração no PIB de 1,8% no ano anterior. A retomada da atividade econômica baseou-se tanto no crescimento da demanda interna e nos investimentos, quanto no incremento das exportações, que foram impulsionadas pela crescente demanda Chinesa. Também contribuiu a melhora da situação da economia dos EUA. A formação bruta de capital fixo que tinha caído 9,9%, em 2009, cresceu 11,2% em 2010, representando 21,3% do PIB, contra 20,8% no ano anterior. Taxa baixa se comparada com as dos países da Ásia em desenvolvimento. O consumo retraiu-se relativamente pouco. Expandiu-se apenas 0,1%, em 2009, e voltou a crescer 5,5% em 2010 (CEPAL, 2011).

As exportações em 2010 cresceram, em 2010, 29%, depois e terem declinado 23% no ano anterior. No primeiro semestre de 20210, as exportações para China cresceram 45% em relação ao mesmo período de 2009. Ou seja, a um ritmo mais acelerado que o crescimento total das exportações. Em 2010, as exportações de bens primários da região para a China totalizaram 40 bilhões de dólares (cerca de 10 vezes mais que uma década antes), enquanto as exportações chinesas de bens manufaturados atingiram a cifra de 78 bilhões de dólares. Desde meados da década de 2000, cerca de 90% das exportações para a China constituem-se de produtos primários (CEPAL, 2008- 2010). Cada vez mais a região passa a compor as cadeias produtivas centradas na China como fornecedora de produtos de baixo valor agregado e pouco intensivos em tecnologia. Este desempenho do setor exportador resultou em alterações da pauta de exportações. Os dados apresentados a seguir são ilustrativos.

Tabela 2 - América Latina e Caribe

Exportação de produtos primários e manufaturados segundo sua participação no total. (% do valor total das exportações FOB)

Período	Bens Primários	Bens Manufaturados
1980	82,2	17,8
1990	66,8	33,2
2000	42,1	57,9
2009	52,9	47,1

Fonte: CEPAL, 2011.

Os dados sugerem nítida “reprimarização” da pauta de exportações da América Latina a partir do momento em que cresceu o comércio com a Ásia, em particular com a China. Esta reprimarização foi acompanhada pelo recuo do setor manufatureiro. Entre 1975 e 2000 observa-se uma queda de 30% do setor industrial

no PIB da região. No mesmo período, a participação da América Latina na produção industrial da periferia recuou de 37% para 26%. Em 2000, a indústria manufatureira representava 17,1 do PIB regional (a preços constantes). Em 2009, este número caiu par 15,1% (CEPAL, 2011).

Este processo, acelerado a partir de 2000, parece ter raízes mais profundas, que datam da década e 1970 e da seguinte, quando a região se inseriu no processo de mundialização do capital em condições bastante adversas, marcadas pela crise da dívida externa, pela crise inflacionária e pela crise fiscal do Estado, em um contexto de baixo crescimento econômico e deterioração das condições sociais. Período que começou a delinear-se uma nova divisão do trabalho decorrente dos processos desencadeados pela crise estrutural do capitalismo dos anos 1970³.

O padrão de acumulação desenvolvimentista começou a declinar na América Latina mesmo antes da fase de mundialização do capital em virtude do baixo desempenho econômico, da incapacidade de completar o processo de industrialização, do agravamento das condições sociais e das lutas sociais que marcaram esse período. Temerosas em relação acirramento das lutas sociais, as classes dominantes unificaram-se e introduziram um novo padrão de acumulação e políticas neoliberais. O Chile adotou a partir de 1973 uma política liberal que levou a desindustrialização e ao enfraquecimento da classe trabalhadora. A Argentina a partir da ditadura militar em 1976 trilhou o mesmo caminho. Os demais países da região a adoção dessa saída foi mais paulatina e se deu sob a pressão de processos hiperinflacionários, de profunda crise econômica, da fuga de capitais, da queda dos fluxos de financiamento externo, de grave crise fiscal, de deterioração dos termos de intercâmbio e da crise das dívidas externas, associadas a continua pressão dos organismos multilaterais de crédito. Esses processos, em particular o crescente desemprego decorrente da crise econômica, debilitaram a capacidade de resistência da classe trabalhadora. A crise reforçou a situação estrutural de precariedade e informalidade do mercado de trabalho da região. A adoção do novo modelo parecer ter levado a reacomodação dos setores das classes dominantes, com o fortalecimento

³ Em um contexto de acirramento da concorrência e queda das taxas de lucro, decorrente, em parte, do acirramento da luta de classes, o capital promoveu com objetivo de recuperar a rentabilidade ampla reestruturação produtiva, cujo um dos aspectos centrais foi a realocação espacial de inúmeros setores produtivos em relação a periferia. O capital buscou novos espaços de acumulação, onde pudesse contar com mão-de-obra e outros custos baratos e altas taxas de lucro. Essa expansão só foi possível graças à abertura das economias nacionais, à diminuição dos preços de transportes, ao desenvolvimento das comunicações e do processamento de dados, que permitiram as matrizes dos grupos transnacionais coordenarem e controlar processos globais de produção, cujas fases encontram-se espalhadas geograficamente. Ou seja, observa-se, sob a liderança das grandes empresas multinacionais, crescente internacionalização dos processos produtivos. Esse processo levou a realocação regional de vários segmentos produtivos, incorporando milhões de trabalhadores da Ásia à economia mundial, remunerados com salários diminutos. A realocação espacial de segmentos da indústria, em especial no Leste Asiático, induzida pela busca incessante de valorização do capital, contribuiu ao reorganizar a divisão internacional do trabalho para abrir uma nova fronteira de acumulação, que ganharia peso crescente na economia mundial e redesenharia especialmente o capitalismo (CORSI, 2010; BASUALDO; ARCEO, 2006).

dos setores financeiros e rentistas e dos vinculados às exportações, favoráveis a abertura ampla da economia nacional, e o enfraquecimento dos setores mais ligados ao mercado interno (BASUALDO; ARCEO, 2006). Esse processo acarretou uma inserção passiva na economia mundial (GONÇALVES, 2002) e um longo período de estagnação econômica e de involução estrutural das economias latino-americanas, que tenderam a reforçar o peso dos setores primários.

Neste contexto, a América Latina, embora muito heterogênea em termos econômicos, sociais, políticos e culturais, ao não ter conseguido uma inserção dinâmica na economia mundial a partir dos difíceis anos 1980, parece tender a inserir-se como produtora de matérias-primas e produtos de baixo valor agregado e baixa intensidade tecnológica. Não obstante essa inserção contribuir para o crescimento econômico no atual ciclo de ascensão dos preços das commodities, que pode ser longo em virtude da crise ambiental e energética e da elevação da demanda por produtos primários do novo polo de acumulação mundial na Ásia, esse caminho parece não ser consistente, pois os setores primários não são capazes de difundir e garantir um crescimento econômico sustentado para o conjunto da economia, acompanhados de incremento do emprego e dos salários, em particular para países com economias mais complexos e populosos, como o Brasil, o México e a Argentina. Os governos de centro esquerda que avançaram na região desde o início da década de 2000 não conseguiram romper com essa tendência.

IV CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia mundial começou a recuperar-se da crise aberta com o estouro da bolha especulativa com imóveis nos EUA a partir de fins de 2009 e início do ano seguinte. A recuperação é muito desigual. Os países em desenvolvimento, em particular os da Ásia, estão liderando a recuperação, enquanto os países do centro amargam altas taxas de desemprego e baixo crescimento. Reafirma-se a tendência de desenvolvimento desigual e combinado. Contudo, a recuperação tem ainda inúmeros percalços, em particular a débil situação dos países endividados da periferia da União Europeia, que a até o momento não contagiaram o restante da Europa.

Um dos efeitos da crise e da forma como está ocorrendo à recuperação pode ser a aceleração do processo de transferência do eixo da acumulação de capital para a Ásia, em especial para a China, nova locomotiva da economia mundial. A economia Chinesa, que tem apresentado altas taxas de crescimento, está estimulando a partir de suas importações de commodities vastas áreas da periferia, que começam a gravitar em torno do candidato a novo centro econômico do capitalismo. Também ganha importância crescente as exportações de capital chinesas. Contudo, ainda é

cedo para descartarmos a hegemonia norte-americana. Mais correto seria falar em um mundo cada vez mais multipolar.

REFERÊNCIAS

BASUALDO, Eduardo; ARCEO, Enrique. (Org.). *Neoliberalismo y setores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

BELLUZZO, Luis G. M. . *Os antecedentes da tormenta: origens da crise global*. São Paulo: Ed. UNESP; Campinas: Ed. FACAMP, 2009.

CEPAL. *Balance preliminar de las economías de América latina y el Caribe 2010*. Santiago: CEPAL, 2008-2010. Disponível em: http://www.eclac.cl/search/?q=Balance+preliminar+de+las+economias+de+Am%EArica+latina+y+el+Caribe+2010&btnG=Buscar+en+la+CEPAL&client=UN_Website_English&site=un_org-ECLAC&output=xml_no_dtd&lr=lang_es&base=%2Ftpl%2Ftop-bottom.xslt&idioma=ES&ie=UTF-8&sort=date%3AD%3AL%3Ad1&entqr=3. Consultado em 16/08/2010.

CEPAL. *Panorama de la inserción internacional de América latina y el Caribe 2010-2011*. Santiago: CEPAL, 2010a. Disponível em: http://www.eclac.c/publicaciones/xml/9/44349/La_region_en_la_decada_de_las_economias-emergentes_PANISAL_2011.pdf. Consultado em 23/09/2011

_____. *Estadísticas*. Santiago: CEPAL, 2011. Disponível em: http://www.eclac.cl/search/?q=Estadisticas.&btnG=Buscar+en+la+CEPAL&client=UN_Website_English&site=un_org-ECLAC&output=xml_no_dtd&lr=lang_es&base=%2Ftpl%2Ftop-bottom.xslt&idioma=ES&ie=UTF-8&sort=date%3AD%3AL%3Ad1&entqr=3. Consultado em 22/08/2011.

CORSI, Francisco L. “La crisis estructural del capitalismo y sus repercusiones”. In: *Íconos. Revista de Ciências Sociais*, Quito, n. 36, p. 19-28, enero 2010.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL . *Al Dia*. 2011. Disponível em: <http://www.imf.org/external/ns/search.aspx?NewQuery=Al+Dia.+2011&Lan=esl&col=SITESL&submit.x=20&submit.y=13> . Consultado em 22/08/2011.

GONÇALVES, Reinaldo. *O vagão descarrilhado: o Brasil e o futuro da economia global*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

MACHINEA, Jose L. “A crise financeira internacional : sua natureza e os desafios da política econômica”. In: *Revista da CEPAL*. Santiago do Chile, maio de 2010. Número especial em português. <http://www.eclac.org/cgiin/getProd.asp?xml=/revista/noticias/articuloCEPAL/9/39539/P39539.xml&xsl=/revista/tpl/p39f.xsl&base=/revista/tpl/top-bottom.xslt>. Consulto em 15/07/2010.

MEDEIROS, Carlos. A. “A china como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática”. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 381-400, jul./set. 2006.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AMSDEN, Alice H. *A ascensão do “resto”: os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

_____. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.

BELLUZZO, Luis. G. M. “O dólar e os desequilíbrios globais”. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 49-65, jul./set. 2005.

BLACKBURN, Robert. “La crisis de las hipotecas subprime”. *New Left Review*,

BORÇA JUNIOR, G. R.; TORRES FILHO, E. T. “Analisando a crise subprime”. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 30, p. 129-159, dez. 2008.

BNDS. *Sinopse Internacional*. Rio de Janeiro: BNDES, n. 12, set. 2009.

BRENNER, Robert. “Novo boom ou nova bolha? A trajetória da economia norteamericana”. In: SADER, Emir. (Org.) *Contragolpes*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 26-49.

_____. *O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CHESNAIS, François. (Org.) *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CORSI, Francisco L. “A crise estrutural e reconfiguração do capitalismo global”. In: ALVES, Giovanni; FIGARI, Claudia. (Orgs.). *La precarización del trabajo en América Latina: perspectivas del capitalismo global*. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2009. p. 34-56.

_____. “Capitalismo global: crise, bolhas especulativas e periferia”. In: TUMOLO, Paulo. S.; BATISTA, Roberto. L. (Orgs.). *Trabalho, economia e educação: perspectivas do capitalismo global*. Londrina: Praxis; Maringá: Massoni, 2008. p. 13-38.

_____. “Economia do capitalismo global: um balanço crítico do período recente”. In: ALVES, Giovanni; BATISTA, Roberto L. (Org.). *Trabalho e educação: contradição do capitalismo global*. Maringá: Praxis, 2006. p. 17-46.

FIORI, José. L. (Org.). “O mito do colapso americano”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 8 out. 2008. Valor Econômico, p. A17.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

LEIVA, O. C. “Estados Unidos y China: locomotoras en la recuperación y las crisis cíclicas de la economía mundial”. En: REYNO, J. E. (Org.). *La economía mundial y América Latina: tendencias, problemas y desafíos*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

PALMA, Gabriel. “Gansos voadores e patos vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos, no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina”. In: FIORI, José L. (Org.). *O poder Americano*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 395-451.

SADER, Emir; SANTOS, Theotonio. *A América Latina e os desafios da globalização*. São Paulo: Boitempo, 2009.

VELASCO E CRUZ, Sebastião C. *Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia*. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.